

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA**

**COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO**

**ARTIGO CIENTÍFICO**

**PRINCIPIO DA LEGALIDADE** **E OS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

ORIENTANDO (A): RODRIGO CEZAR FERREIRA BARROS

ORIENTADOR (A): PROF. (A): ME. JOSÉ HUMBERTO ABRÃO MEIRELES

GOIÂNIA-GO

2022

RODRIGO CEZAR FERREIRA BARROS

**PRINCIPIO DA LEGALIDADE** **E OS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS).

Prof. Orientador: ME José Humberto Abrão Meireles.

GOIÂNIA-GO

2022

RODRIGO CEZAR FERREIRA BARROS

**PRINCIPIO DA LEGALIDADE** **E OS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

Data da Defesa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Orientador: Prof. ME José Humberto Abrão Meireles Nota

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Examinador (a) Convidado (a): Prof. ME. (a): Eusofrina Saraiva Silva Nota

**PRINCIPIO DA LEGALIDADE** **E OS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

Rodrigo Cezar Ferreira Barros[[1]](#footnote-1)

O referido trabalho apresenta o princípio da legalidade e os crimes contra à liberdade individual e as suas atualizações legislativas. A ciência do direito vem se questionando cada vez mais sobre o real significado deste princípio dentro do Estado de Direito, sendo que, o seu entendimento atualmente é diferente de quando criaram durante o século XIII, na Inglaterra, pelo o rei João Sem Terra e por Cessare Beccaria. A partir do pensamento de Kant, se demonstra sua ideia do direito de liberdade individual quando observado o homem no seu estado natural, político e individual. Hobbes, no contrato social, defende que o homem não é capaz de viver no estado natural, pois, conviveria diariamente com a agressividade é e quando se propõe a criação do Estado civil para que se regule a convivência em sociedade. A relação do direito de liberdade individual se relaciona com o princípio da legalidade de modo que a partir dele surgem pressupostos legais para a proteção dos direitos individuais.

**Palavras-chave**: Princípio da Legalidade. Liberdade Individual, Violência Psicológica, Crime de Perseguição, Código Penal.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO.....................................................................................................5**

1. **Princípio da Legalidade ……………………………………………………….7**

1.1 Conceito de Princípio ………………………………………………………..8

1.2 Fundamentos Filosóficos do Princípio da Legalidade …………………...8

1.3 A Reserva Legal Perante o Princípio da Legalidade …………………….10

1. **Direito de Liberdade Individual ……………………………………………….11**

2.1 Fundamentos Filosóficos ……………………………………………………11

2.2 Direito à Liberdade …………………………………………………………...12

2.3 Direito à Liberdade e o Direito Penal ……………………………………….12

1. **Inovações Legislativas no capítulo dos crimes contra a liberdade individual ………………………………………………………………………….14**

3.1 Crime de Perseguição/ Stalking de acordo com a Lei n°14.132/2021 ....14

3.2 Crime de Violência Psicológica Contra a Mulher de acordo com a Lei n°14.188/2021 ……………………………………………………………………..18

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS ……………………………………………………...23**
2. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS …………………………………………….25**

**INTRODUÇÃO**

O Estado de Direito tem como um dos fundamentos mais importante o Princípio da Legalidade, no rol dos direitos fundamentais, previsto na Carta Magna brasileira. Sua origem ocorre através das revoluções a partir do século XIII no qual o seu propósito foi delimitar a atuação dos governantes sendo que na época o sistema de governo era monarca e absolutista. Porém, a ciência do direito está em constante mudança para se amoldar ao mundo moderno.

O mundo contemporâneo exige um conhecimento mais aprofundado sobre o referido princípio da legalidade, pois, o direito está em constante evolução para se amoldar com atualidade. Dividia em dois momentos o marco inicial do referido diploma, sendo que, o primeiro marco e durante o século XIII, quando o rei da Inglaterra, assinou um documento formalizado que nenhum homem livre seria preso ou teria suas terras aprendidas sem o devido processo, e, segundo ocorre durante a revolução francesa, entre 1789 e 1799. É o regime que deu fim ao sistema de privilégios da aristocracia e pelo término do antigo regime que pendurava que era a monarquia absolutista.

O Direito à liberdade está previsto na Constituição Federal de 1988. Sendo um dos direitos fundamentais mais valorosos da referida constituição e o seu conceito e interpretado de maneiras diferentes, pois, pode se extrai formas diferentes de liberdade, são elas: individual, coletiva, econômica, associativa, etc. Kant, defendia que a liberdade era a autonomia de cumprir seu dever de acordo com as leis da natureza, e, nessa ideia seriamos donos de nós mesmo. Na teoria do contrato social as pessoas abririam as mãos de uma parcela dos seus direitos e dariam para o estado que defenderia esse direito.

Princípio da legalidade previsto na constituição prevê que o estado só pode agir de acordo com a lei e ao homem pode tudo aquilo que a lei não descreve. É nesse sentido demonstra uma liberdade bem mais ampla para as pessoas do que o estado possui e tem um motivo para que exista essa barreira que e barrar qualquer forma de abuso do poder público. A partir do código penal encontramos um entendimento totalmente diferente, porém, em sua essência são os mesmos valores defendidos. A doutrina, ressalta que ocorre a prisão alguma pessoa se houve uma

lei anterior que o defina e nem pena sem prévia cominação legal. Desse ensinamento compreendemos que para imputar alguma conduta deve haver uma lei que prevê no código.

Portanto, o direito à liberdade é um conceito que engloba diversos conceitos, porém, a finalidade em questão é o conceito dos crimes contra a liberdade individual partindo do pressuposto do princípio da legalidade. Sendo um princípio que norteia todo um ordenamento jurídico então se vislumbra a criminalização de condutas que possam ferir um dos direitos mais importante que temos em termos de constituições que é o direito de liberdade individual.

**1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

**1.1 Conceito de Princípio.**

Antes de compreender sobre o que é o princípio da legalidade, se faz necessário entender o que chega a ser um princípio e a sua função dentro do ordenamento jurídico, para só então compreendermos suas bases filosóficas e sociológicas que nos ajudará a assimilar a real essência dentro do Estado de Direito.

Aristóteles, conceituava princípios como sendo a origem do fundamento teórico conforme a síntese do ser por consequência, do conhecer e do agir. Então, os princípios são os pontos de partidas para o conhecimento de alguma coisa é o alicerce que sustenta toda uma estrutura de estudo.

Direito é uma ciência ampla que engloba as diversas matérias como a sociologia, filosofia e dentre outras. No entanto, o alicerce do Direito se compreende entre diversos princípios que foram se moldando através dos séculos para poder ter uma sociedade justa e igualitária. Por fim, devemos separar os princípios das normas.

Primeiramente, normas são as leis positivadas no código no qual são criadas através do processo legislativo que é competência típica do poder legislativo no uso da sua atribuição constitucional. Porém, as normas advêm de um valor extraído de algum princípio podendo ser um valor moral ou social.

De acordo com Rogério Sanches, são duas diferenças básicas entre a lei e os princípios.

A primeira diferença reside na forma de solução de conflito existente entre ambos. Havendo embate entre leis, somente uma delas prevalecerá, afastando-se as demais. Não será essa a solução, todavia, para o enfrentamento entre princípios. Nesse caso, invoca-se a proporcionalidade (ou ponderação de valores), aplicando-os em conjunto, na medida de sua compatibilidade. Logo, não há revogação de princípios.

A aplicação entre norma ou princípio dependerá de cada caso concreto, sendo que, em algum momento prevalecerá o princípio sobre a norma por expressar uma compreensão melhor dentro caso concreto.

Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso Antônio Bandeira de Mello, firma que:

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio violado, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. (BRASIL, Supremo Tribunal Federal. (STF – ADI: 595 ES, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 18/02/2002, Data de Publicação: DJ 26/02/2002 PP-00021 RTJ VOL-00200-02 PP-01019).

Portanto, quando uma norma viola um princípio e a partir desse momento que haverá uma perda de efetividade da lei e nesse sentido é contrariar todo o ordenamento na qual aquele princípio pertence.

**1.2 Fundamentos Filosóficos do Princípio da Legalidade**

Aristóteles, em sua tese já defendia a tripartição das funções para uma melhor organização e não haver a concentração de poder nas mãos dos soberanos. Ressalta que as funções eram divididas como: a) Assembleia de deliberações das pessoas para discussões das ações do soberano; b) O magistrado seriam pessoas escolhidas pelo conselho de deliberações e que seriam responsáveis para cumprirem determinadas atividades; c) O poder judiciário, responsável por julgar.

Em todo governo, existem três poderes essenciais, cada um dos quais o legislador prudente deve acomodar da maneira mais conveniente. Quando estas três partes estão bem acomodadas, necessariamente o governo vai bem, e é das diferenças entre estas partes que provêm as suas. O primeiro destes três poderes é o que delibera sobre os negócios do Estado. O segundo compreende todas as magistraturas ou poderes constituídos, isto é, aqueles de que o Estado precisa para agir, suas atribuições e a maneira de satisfazê-las. O terceiro abrange os cargos de jurisdição. (ARISTÓTELES, 2000, p. 127)

Deve-se considerar inicialmente as plenas funções de harmonia que ocorre dentro do Estado que é o bem comum das pessoas que vivem em sociedade e nesse modo é indispensável a atuação do Poder Legislativo.

Durante os séculos as sociedades passaram por grandes transformações das quais tiveram um enorme impacto no contexto histórico, nos quais podemos visualizar através da sociedade feudal com o desenvolvimento da burguesia economicamente, sendo que, pode ser visto na formação da teoria do capitalismo como uma nova classe social. Nesse sentido contrapõem-se o sentido da lei.

O jusnaturalismo é um conjunto de normas que pertence intersubjetivamente as pessoas das quais são inalienáveis, imutáveis e universais. Daí nasce a ideia de direito de liberdade e o rompimento da ideia de que a formação do estado e uma vontade do soberano. Nesse sentido, temos a concepção de equidade em direitos com os demais.

Hobbes ainda trouxe a teoria pela qual apenas a limitação prévia da lei pode atingir a liberdade do homem quando disse:

Destas relações entre o pecado e a lei, e entre o crime e a lei civil, pode inferir-se, em primeiro lugar, que onde acaba a lei acaba também o pecado. Em segundo lugar, que onde acaba a lei civil acaba também o crime

Durante o século XIII, em 1215, na Inglaterra, sobre o estado absolutista, o rei temendo uma revolta dos seus súditos e dos barões proclamou A Carta Magna Inglesa, sobre o qual estabelecia que nenhum homem seria privado da sua propriedade ou da sua liberdade sem o devido processo legal. Desse modo, surge a ideia do Princípio da legalidade. Nesse sentido, o poder do soberano seria limitado pelo qual deveria seguir a lei.

Na obra de Cesare Beccaria “Dos delitos e das Penas”, quando formulou o brocardo latim “Nullem crimen, nulla poena sine previa legae”que representa a personificação do princípio da legalidade por evidenciar que ninguém poderia ser punido por uma conduta que na época do fato da ação ou omissão não era relevante para o direito penal, por fim, este princípio é a forma de intervenção formal concedido ao direito penal.

Diante disso, legalidade pode ser vista conforme dois aspectos, sendo eles: material e formal. O sentido material é sobre a conduta lesiva sobre o bem jurídico, sendo que, nem toda conduta é crime mais toda conduta é passivo de punição a partir do momento que vir a ofender um bem jurídico tutelado pela lei. Agora no sentido formal, observamos a forma pelo qual é necessário para que uma conduta seja criminalizada é o processo de criar a lei que é o processo legislativo, sendo que, deve se respeitar as regras impostas pela Constituição Federal.

**1.3 A Reserva legal perante o Princípio da legalidade**

Por oportuno, e necessário ressaltar que estes princípios são uma derivação um do outro, embora a doutrina majoritária defende esse pensamento de que um deriva do outro.

Segundo o princípio da reserva legal, a infração penal somente pode ser criada por lei em sentido estrito, ou seja, a lei complementar ou lei ordinária, aprovadas e sancionadas de acordo com o processo legislativo respectivo, previsto na CF/88 e nos regimes internos da Câmara dos deputados e Senado Federal. (SANCHES, 2021, p. 50).

Assim, reserva legal, quer dizer que determinadas leis serão criadas pelo procedimento formal, sendo que, algumas matérias são exclusivamente reservadas a um procedimento mais complexo devido a sua importância, neste caso, reserva-se a competência ao poder legislativo para que criem as leis.

Ademais, ressalta-se que as medidas provisórias não podem ser ferramenta para que legisle em matéria penal e processual penalconforme comartigo 62, parágrafo 1º, alínea b, da Constituição Federal, porém, quando (MP) tiver como conteúdo matéria para beneficiar o réu está poderá vir ser aprovada.

medida provisória não pode definir infrações penais ou cominar penas. Quer pela efemeridade, quer pela incerteza que traduz, dada a possibilidade de sua não conversão em lei ou de sua rejeição pelo Congresso Nacional, é claramente incompatível com o postulado de segurança jurídica que o princípio quer assegurar. Dificilmente se poderá compatibilizar ainda os pressupostos de relevância e urgência da medida com pretensões criminalizadoras, sobretudo à vista dos múltiplos constrangimentos que podem ocorrer no curto espaço de sua vigência. (QUEIROZ apud CUNHA, 2015, p. 83)

O entendimento refere-se a natureza das leis não sendo um mero instrumento de conexão, mas sim um equilíbrio entre a vontade do legislativo com a vontade geral da sociedade. A vontade geral significa a maioria da sociedade e o poder concebido ao Estado para poder aplicar sanção ao infrator da lei.

O princípio da legalidade desdobra-se em princípio da reserva legal e anterioridade da lei penal. Ademais, Só haverá legalidade com a junção desses dois subprincípios, sendo que, qualquer destes vierem a ser desrespeitados será uma frota a tal princípio.

Rogério Sanches, definiu em sua obra que o princípio da legalidade possui três pensamentos

(a)Político, numa clara exigência de vinculação dos Poderes Executivo e Judiciário a leis formuladas de forma abstrata, impedindo o poder punitivo arbitrário;

(b)Democrático, que representa o respeito ao princípio da divisão de poderes, conferindo aos representantes do povo (parlamento) a missão de elaborar as leis;

(c)Jurídico, pois a lei prévia e clara produz importante efeito intimidativo. (CUNHA, 2015, p. 81-82).

Conforme a evolução deste princípio é fortificar que exista um direito penal racional e seja ao mesmo tempo compatível com o Estado Democrático de Direito.

**2. DIREITO DE LIBERDADE INDIVIDUAL**

**2.1 Fundamentos filosóficos**

No período do direito natural, o homem era livre para viver de acordo com suas regras conforme o seu livro arbítrio, sendo que, a partir do momento que o homem passou a privatizar a propriedade, começaram os conflitos sociais. Ademais, os teóricos, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, defendiam a ideia de um estado sendo que esse ente cuidaria dos conflitos sociais, do qual, cada um abririam mão de uma parcela dos seus direitos e cederiam para o contrato social (Estado). Portanto, há uma limitação aos direitos fundamentais do homem em benefício da coletividade.

De acordo com professor Menelick a sociedade civil e a sociedade política já foram separadas por um profundo fosso, pois em relação à primeira os interesses gerais deveriam prevalecer mediante a atribuição de sua identificação e guarda da “sociedade política”. Isso apontava para a criação do mínimo de leis, uma vez que a liberdade era limitada pela aplicação destas, ou seja, quanto menos leis, mais as pessoas estariam livres para desenvolver suas atividades. Portanto, sob este conceito, o Direito, ao estabelecer limites razoavelmente negativos era visto como o conjunto de regras que delimitava os espaços de liberdade dos indivíduos. Assim, verificava-se um Estado mínimo onde houvesse pleno exercício às liberdades individuais. (200, p. 06-07).

Conforme a teoria da liberdade de Phillip Tettit, consagrava-se entre o fato de ser livre e o de ser responsável. Para ele, “dever” implica “poder”. Se um “dever” é direcionado a um sujeito, supõe-se que exista um “poder” adequado presente. Se há uma obrigação imposta a um sujeito, supõe-se que ele tenha capacidade de desempenhar essa obrigação. O sujeito é um agente livre e a sua ação é uma ação livre, na medida em que é capaz de ser considerado responsável pela escolha relevante (PETTIT, 2007, p.16-17).

**2.2 Direito à liberdade**

O Direito de Liberdade sendo coletivo ou individual é o maior direito fundamental que o indivíduo possa deter dentro de uma sociedade que se diga democrática. Nos estados absolutistas os indivíduos não possuíam liberdade para escolher seus representantes, mas sim, obedecer às ordens do rei e nessa perspectiva não havia direito, mas sim servidão. Montesquieu, defendia a separação dos poderes, assim, existindo três poderes, sendo eles: legislativo, executivo e judiciário. O Poder Executivo teria como função observar as demandas da esfera pública e garantir os meios cabíveis para que as necessidades da coletividade sejam atendidas no interior daquilo que é determinado pela lei. O Poder Legislativo tem como função congregar os representantes políticos que estabelecem a criação de novas leis. Dessa forma, aos serem eleitos pelos cidadãos os membros do legislativo se tornam porta-vozes dos anseios e interesses da população como um todo. Poder Judiciário, têm por função julgar com base nos princípios legais de que forma uma questão ou problema sejam resolvidos. Na figura dos juízes, promotores e advogados, o judiciário garante que as questões concretas do cotidiano sejam resolvidas à luz da lei. (SOUSA, 2022)

A liberdade pode ser entendida de diversas formas pois, pode ser liberdade de opinião, liberdade de expressão artística ou filosófica. Ademais, o direito de ir e vir é o mais importante dentro de um estado democrático pois, sem ele o homem não conseguiria exercer os demais direitos e nesse sentido o estado precisa criar leis que resguarde o direito de ir e vir de cada um.

**2.3 Direito à liberdade e o Direito penal**

O direito é uma ciência que se subdivide para poder tratar todas as demandas do Estado, por exemplo, direito constitucional direito civil, direito empresarial, direito penal, etc. Outrossim, o ramo do direito que protege uma parcela mínima dos bens tutelados pela constituição é o Direito Penal.

Segundo Luiz Regis Prado, salienta:

Bem jurídico é um ente material ou imaterial haurido do contexto social, de titularidade individual ou metaindividual reputado como essencial para a coexistência e o desenvolvimento do homem em sociedade e, por isso, jurídico-penalmente protegido. Deve estar sempre em compasso o quadro axiológico vazado na Constituição e com o princípio do Estado Democrático e Social de Direito. A ideia de bem jurídico fundamenta a ilicitude material, ao mesmo tempo em que legitima a intervenção penal legalizada. (LUIZ, REGIS, 2012).

A noção de bem jurídico, pressupõe a relevância de condutas “materiais ou imateriais”, das quais possam ser relevantes para a sociedade e dessa maneira podem encontrarem um respaldo na constituição.

Entretanto, o direito penal deve estar sempre atento as mudanças sociais pois, então a lei perderá o seu sentindo, sendo que, no século XX, o código penal, não previa a conduta do crime de perseguição pela internet por que não havia os meios tecnológicos para configurar essa conduta.

Rogério Greco, salienta, em relação ao princípio da Intervenção Mínima:

O princípio da intervenção mínima, ou última ratio, é o responsável não só pela indicação dos bens de maior relevo que merecem a especial atenção do Direito Penal, mas se presta, também, a fazer com que ocorra a chamada descriminalização. Se é com base nesse princípio que os bens são selecionados para permanecer sob a tutela do Direito Penal, porque considerados como os de maior importância, também será com o fundamento nele que o legislador, atento às mutações da sociedade, que com a sua evolução deixa de dar importância a bens que, no passado, eram da maior relevância, fará retirar do nosso ordenamento jurídico-penal certos tipos incriminadores. (GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2009, p. 49).

O código é separado em duas partes que se chamam de parte geral e parte especial. A parte geral, são regras que vão ser aplicadas na parte especial do código e nela estão previstas todas as condutas que fere algum bem jurídico (direito à vida, direito à liberdade, direito à propriedade, direito à saúde), sendo assim, existem crimes para cada bem jurídico citado acima.

O direito à liberdade, exprime um rol de crimes contra a liberdade individual – sendo, o crime de constrangimento ilegal, art. 146; o crime de Ameaça, art.147; o crime de perseguição/stalking, art. 147-A; o crime de violência psicológica contra a mulher, art. 147-B; o crime de sequestro e cárcere privado, art. 148; o crime de redução a condição análoga à de escravo, art. 149; o crime de tráfico de pessoa, art. 149-A. Entretanto, não é um rol exclusivo, mas sim taxativo, sendo que, outras condutas possam a vir ser criminalizadas se ferirem o direito de liberdade individual.

Os crimes dos artigos (147-A e 147-B) são uma inovação legislativa que ocorreu no ano de 2021, pois incluíram essas condutas que violam o direito de liberdade individual. O crime de perseguição (art.147-A) são os meios utilizados para ameaçar a integridade física ou psíquica e nesse sentido restringindo o direito de locomoção ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. No qual será punido com pena de reclusão. E o crime de violência psicológica contra mulher (art.147-B) é a conduta de causar dano emocional contra a mulher e pode ocorrer de diversos modos, são eles: degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.

**3. INOVAÇÕES LEGISLATIVAS NO CAPÍTULO DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.**

Recentemente, foram inclusos dois novos crimes dentro do capítulo VI que trata dos crimes contra a liberdade individual. Os novos tipos penais, são tipificados como art. 147-A, incluído pela Lei n°14.132/2021, responsabiliza a conduta de perseguir alguém reiteradamente e por qualquer meio. É o crime do art. 147-B, incluído pela Lei n° 14.188/2021, incrimina a violência psicológica contra a mulher. Esses novos tipos penais tem o objetivo proteger a liberdade individual.

**3.1 Crime de perseguição/stalking de acordo com a lei. 14.132/2021**

O crime de perseguição conhecido mundialmente como “stalking” foi incluído no capítulo VI do código penal onde estão os crimes que atentem contra a liberdade individual. A nova tipificação advém do Projeto de Lei 1.369/19 do Senado Federal,

conforme aprovado primeiramente na Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado Federal, tendo como relator o senador Rodrigo Cunha.

A relatora do projeto justificou em seu parecer que a perseguição é um assunto que a legislação norte-americana e países europeus já legislaram sobre a matéria. Nos Estados Unidos, o termo “stalking” começa surgir no final da década de 1980, quando os fãs começaram a perseguir os artistas e atualmente essa conduta se encontra tipificada em diversos países como: Reino Unido, Holanda, França, Portugal, Índia, etc.

Primeiramente, este rol não é exaustivo mais sim exemplificativo pelo o qual o legislador pode incluir novas condutas que possam vir ofender a liberdade ou privacidade de alguém. Observa-se em seu § 1º do art. 147-A, as razões pelas quais o crime de perseguição é agravado quando cometido nas situações expostas abaixo.

Art. 147-A Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.

§ 1º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido:[(Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm#art2)

I – contra criança, adolescente ou idoso;[(Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm#art2)

II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código;[(Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm#art2)

III – mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma.

Conforme estaticamente esse tipo penal ocorre em sua maior parte contra à mulher sendo que admite o homem como vítima. Neste último caso e o exemplo do ator americano Jhonny Depp que foi vítima de violência domestica e psicológica, porém, ressalta-se que são exceções casos em que o homem configura como vítima.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa 5° posição dos países que atentam contra a liberdade ou vida da mulher. Levando em conta o contexto das famílias do séc. XX, era normal para aquela época haver uma

imposição do homem sobre a mulher, porém tal comportamento não sendo mais aceito na sociedade atual.

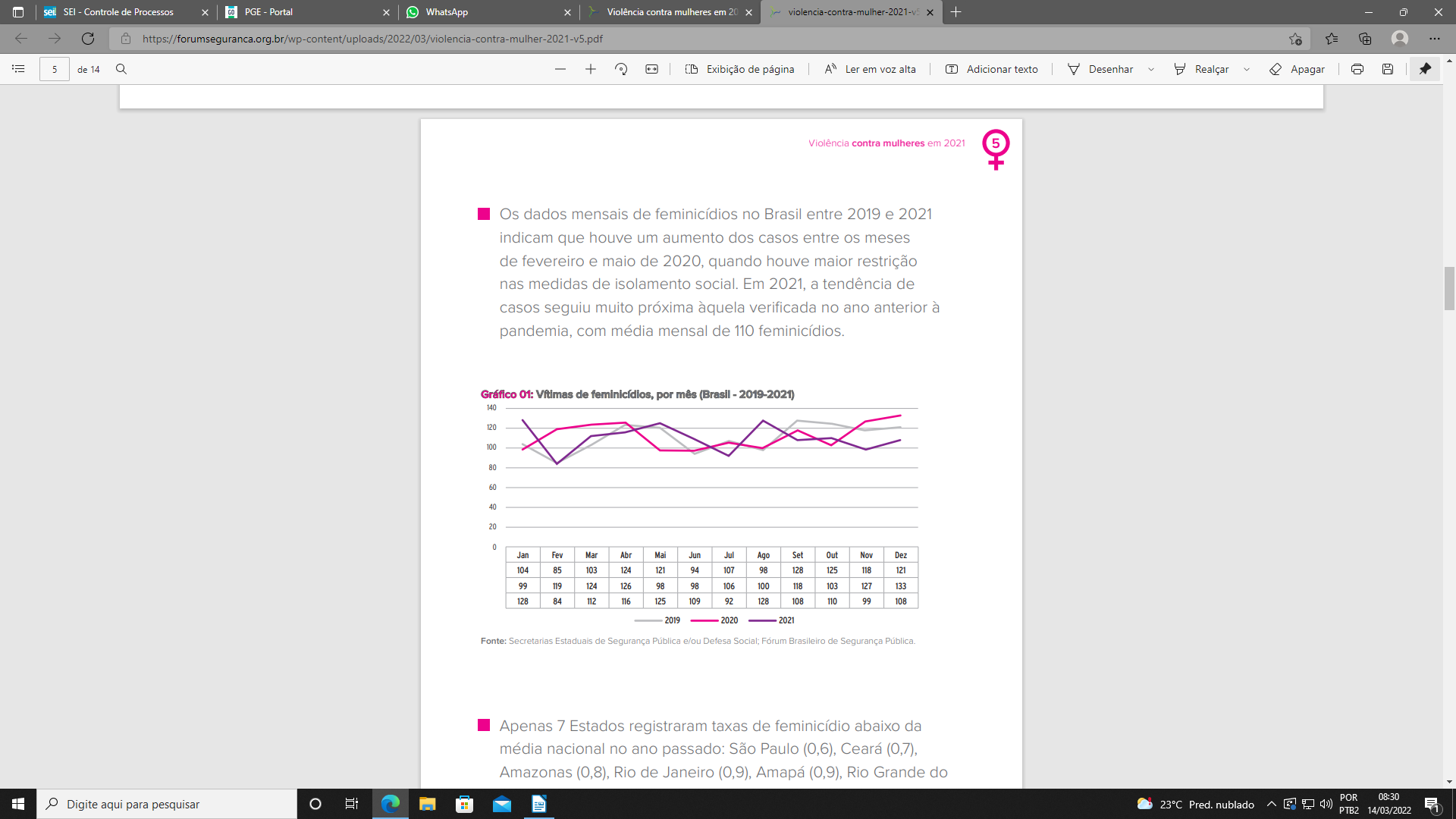
Conforme a conduta de perseguir subjetivamente tem a intenção de proteger o direito de ir e vir das mulheres, infelizmente, os maiores veículos de comunicações do país vem nos últimos anos relatando o expressivo aumento nos crimes que envolvem vítimas mulheres. Enfim, percebemos em algumas pesquisas os gráficos que evidencia o tamanho são as agressões que as mulheres vêm sofrendo nos últimos anos.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), relatam que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência. No qual, isso resulta em cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano de 2021. Essa porcentagem mantém uma estabilidade com a última pesquisa realizada no ano de 2019, no qual sua porcentagem era de (27,4%).

Os números de registros de crimes contra meninas e mulheres aqui apresentados visibilizam o quadro de violência vivenciado por elas durante a pandemia. Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino.

De acordo com essas estatísticas do “FBSP” serve de alerta para a sociedade brasileira de como a violência em suas diferenças formas, segue sendo um dos principais empecilhos para o empoderamento feminino e, nesse aspecto ressalta o fim buscado pelo mapa da violência contra meninas e mulheres, que necessita de mais políticas públicas capazes de preservar e garantir condições básicas de vida.

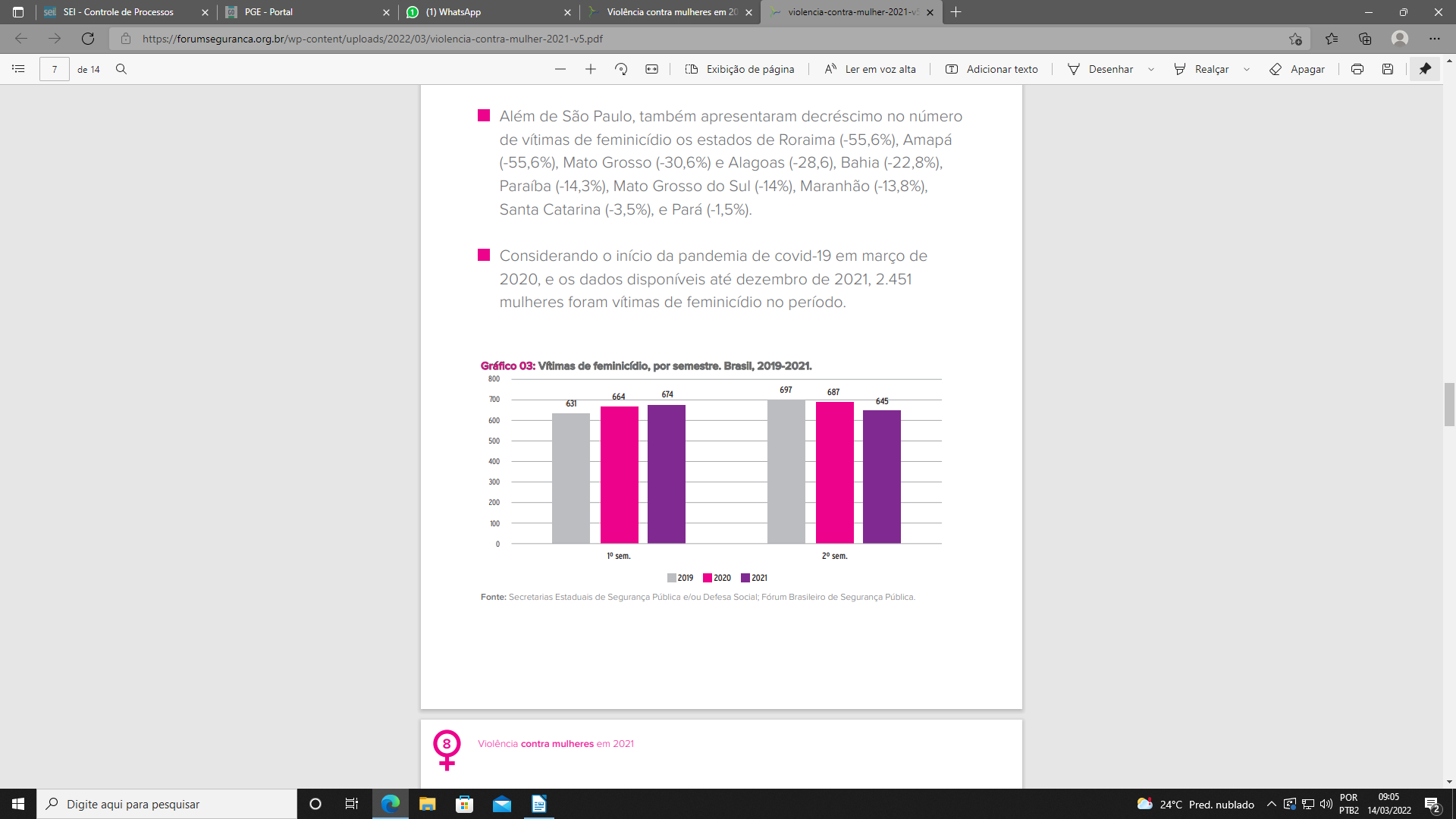
De acordo com o gráfico de vítimas de feminicídios, por mês, do Fórum brasileiro de Segurança Pública.



Os dados mensais de feminicídios entre 2019 e 2021 indicam um aumento de casos entre os meses de fevereiro e maio de 2020, entretanto, quando as medidas de segurança sanitária contra o COVID-19 ficaram ainda mais restritivas no ano de 2021, denota que as variações ficam próximas do ano anterior que no caso 2020. O isolamento social, obrigou as pessoas ficarem em casa devido ao surto do vírus coronavírus e, sendo assim, o convívio familiar se fez mais presente e com isso os índices de discussões ou até feminicídios aumentarem.

Os estados que registraram as maiores taxas de feminicídio – muito superiores à média nacional – foram Tocantins (2,7), Acre (2,7), Mato Grosso do Sul (2,6), Mato Grosso (2,5) e Piauí (2,2).

O estado de São Paulo registrou uma queda considerável nos registros de casos de feminicídios pois somente no ano de 2020, foram registradas 179 vítimas sendo que no ano seguinte houve apenas 136 casos registrados no que resulta em uma redução de (-24%) convertendo em números representa em 43 vítimas a menos. De acordo, com o fórum brasileiro de segurança pública, demais estados que mostraram redução nos casos de feminicídios, são eles: Apresentaram decréscimo no número de vítimas de feminicídio os estados de Roraima (-55,6%), Amapá (-55,6%), Mato Grosso (-30,6%) e Alagoas (-28,6), Bahia (-22,8%), Paraíba (-14,3%), Mato Grosso do Sul (-14%), Maranhão (-13,8%), Santa Catarina (-3,5%), e Pará (-1,5%).

****

Outrossim, levando em consideração o início da pandemia de covid-19, em março de 2020, sendo os dados disponíveis até dezembro de 2021, percebe-se que 2.451 mulheres foram vítimas de feminicídio no período. O gráfico acima, registra o aumento razoável que houve durante o confinamento pelo o surto do vírus.

Segundo Ministério Público do Estado de São Paulo, diga-se ainda, que as discussões sobre o aumento da violência doméstica contra as mulheres no contexto de confinamento social, decorrente da pandemia da COVID-19, tem eclodido não apenas no âmbito nacional, como também no internacional. Segundo a ONU Mulheres, diante desse cenário de bilhões de pessoas isoladas para evitar contágio da nova corona vírus a violência contra as mulheres, enquanto pandemia anteriormente já existente, porém invisível passa a ocorrer de modo ainda mais crescente (Santigo e Monteiro, 2020, p. 394).

**3.2 – Crime de violência psicológica contra a mulher de acordo com a lei nº 14.188/2021.**

A Lei n° 14.188, de 29 de julho de 2021. Incluiu no código penal o crime de violência psicológica contra a mulher no capítulo dos crimes de liberdade individual conforme com o artigo 147-B do Código Penal. Esse tipo de violência já era previsto na Lei n° 11.340/2006, Lei Maria da Penha.

Existe uma dificuldade dos juizados especializados em violência doméstica em aplicar uma sanção ou medida ao agressor por não haver uma explicação clara do queria seria a violência psicológica contra a mulher. De modo, que fez se necessário pensar na tipificação da conduta.

Diante disso, a associação dos magistrados brasileiros (AMB) sugeriu o projeto de lei e apresentou para Deputada Margarete Coelho (PP-PI). Já no senado federal a relatoria ficou incumbido à Senadora Rose de Freitas, do partido (MDB-ES). Concluído todo o processo legislativo o projeto até então de número 741/2021, foi convertido em Lei n° 14.188/2021. Por fim, fica observado a autorização para participação das entidades administrativas e judiciais para aderência ao (programa sinal vermelho) consiste em um “X” pintado na palma da mão da mulher da cor vermelho que se encontre em situação de violência psicológica.

Art. 2º Fica autorizada a integração entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os órgãos de segurança pública e as entidades privadas, para a promoção e a realização do programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como medida de ajuda à mulher vítima de violência doméstica e familiar, conforme os [incisos I](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm#art8i), [V](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm#art8v) e [VII do](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm#art8vii) caput do art. 8º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Parágrafo único. Os órgãos mencionados no caput deste artigo deverão estabelecer um canal de comunicação imediata com as entidades privadas de todo o País participantes do programa, a fim de viabilizar assistência e

segurança à vítima, a partir do momento em que houver sido efetuada a denúncia por meio do código “sinal em formato de X”, preferencialmente feito na mão e na cor vermelha.

Inicialmente, se fez necessário compreender o novo tipo penal porquê nele foram implementadas condutas nas quais se configurariam o crime de violência psicológica, são elas: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz e insultos, essas são as condutas no novo tipo penal. No entanto, ressalta-se que na própria Lei Maria da Penha, já previa o tipo de violência no qual não havia uma especificação desta conduta.

Fernando Capez, esclarece em seu artigo para o Conjur, de que forma fica caracterizado a conduta de violência psicológica que estão descritas no art. 147-B, do código penal.

São sete os verbos constantes do tipo penal, agora em vigor: 1-ameaçar, que consiste na promessa de causar mal injusto e grave; 2-constranger, que significa tentar impedir de realizar algo que a lei não proíbe; 3-humilhar, que significa depreciar, rebaixar; 4-isolar, que consiste em deixar a pessoa só, sem parentes ou amigas, sem apoio; 5-manipular, que é interferir na vontade de outrem, obrigando-a a fazer o que não gostaria; 6-chantagear, que consiste em proferir ameaças perturbadoras; 7-ridicularizar, que significa submeter à zombaria; e 8-limitar o direito de ir e vir, que significa impedir a livre locomoção ou encarcerar. (CAPEZ, Fernando.Novo tipo penal: violência psicológica contra a mulher, 2021, Disponível em: <URL> [ConJur - Novo tipo penal: violência psicológica contra mulher](https://www.conjur.com.br/2021-ago-25/escritos-mulher-tipo-penal-violencia-psicologica-contraa-mulher#:~:text=São sete os verbos constantes,a pessoa só%2C sem parentes))

Outrora, Fernando Capez conforme sua interpretação explica e exemplifica as condutas que estão descritas no caput do artigo. É nesse sentido deve ser observado os altos índices de crimes cometidos contra a mulher.

O Brasil, atualmente ocupa o 5° lugar no ranking da violência contra a mulher de acordo com ONU (Organização das Nações Unidas), sendo que, ficando atrás somente de El Salvador, Colômbia e Rússia. Durante a pandemia de covid-19, os números aumentaram exponencialmente de acordo com a professora e pesquisadora, Dra. Sônia Oliveira.

No Brasil, em pesquisa encomendada pelo Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou aumento de 431% em relatos de discussões conjugais por vizinhos em redes sociais entre fevereiro e abril deste ano, registrando também um aumento de 22,2% dos casos de feminicídio de março para abril. (SANTIGO, MONTEIRO, 2020, p. 395).

De acordo com uma pesquisa realizada a cada dois anos, pelo Senador Federal e Observatório da Mulher, constata-se:

A edição de 2021 revela um crescimento de 4% na percepção das mulheres sobre a violência em relação à edição anterior. O estudo ouviu 3 mil pessoas entre 14 outubro e 5 de novembro.

Para 71% das entrevistadas, o Brasil é um país muito machista. Segundo a pesquisa, 68% das brasileiras conhecem uma ou mais mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, enquanto 27% declaram já ter sofrido algum tipo de agressão por um homem. De acordo com a pesquisa, 18% das mulheres agredidas por homens convivem com o agressor. Para 75% das entrevistadas, o medo leva a mulher a não denunciar. O estudo demonstra, no entanto, que 100% das vítimas agredidas por namorados e 79% das agredidas por maridos terminaram a relação.

Fonte: Agência Senado

Conforme os dados apresentados pela pesquisa da agência do senado e com outros dados do fórum de segurança pública, percebe que o Brasil, está entre os países que mais atentam contra a liberdade e o bem estar da mulher levando em conta os altos índices de violência nos últimos anos.

Ademais, para fim de conhecimento podemos realizar um comparativo sobre violência com o bloco da união europeia, no qual, servindo como base de dados a (FRA) Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Tratando-se sobre violência psicológica a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, discorre na seguinte forma.

Uma em cada três mulheres (32%) foi vítima de comportamentos psicologicamente abusivos por parte de um parceiro íntimo, atual ou anterior. Entre esses comportamentos se incluem os seguintes: rebaixar a inquirida em público ou em privado; proibi-la de sair de casa ou trancá-la em casa; obrigá-la a ver materiais pornográficos contra a sua vontade; assustá-la ou intimidá-la propositadamente; e ameaçar fazer-lhe mal a ela ou a um ente querido. (FRA, 20214, p.25).

Uma pesquisa de senso realizada anualmente revelou que ano de 2021, a união europeia tinha mais de 15 milhões de mulheres sendo que, levando em conta (32%) das mulheres, já sofreram algum tipo de violência psicológica então o resultado final seria que 4.8 milhões de mulheres passaram por algum tipo de violência psicológica. As formas mais evidentes de violência psicológica registrada na pesquisa consistiram em rebaixar ou humilhar sua parceira, sendo que uma a cada quatro mulheres, passaram por restrições de saírem de casa para exercer alguma atividade econômica remunerada.

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, discorre na seguinte forma.

Globalmente, 43% das mulheres sofreram alguma forma de violência psicológica por parte de um parceiro íntimo (figura 2 a). Esta pode incluir comportamentos psicologicamente abusivos e outras formas de violência psicológica como o comportamento dominador (por exemplo, tentar impedir uma mulher de ver os amigos ou de visitar a família de origem ou outros parentes), a violência econômica (por exemplo, proibir uma mulher de trabalhar fora de casa) e a chantagem (quadro6) (FRA, 2014, p.25)

Uma pesquisa recente do ministério da saúde apresentou um gráfico de notificações sendo que no ano de 2009, foram registrados, 2629 (13%) casos de violência, sendo que, já no ano de 2016, constata-se 18219 (91%) casos de notificações de violência psicológica no qual o resultado mais que triplicou conforme o gráfico abaixo.



Por fim, conforme os dados supracitados que demonstra um aumento significativo nos números de casos de violência psicológica, logo se ver que há uma falta de políticas públicas no Brasil, que efetive ainda mais a proteção em relação a saúde e a liberdade da mulher. Apesar disso, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), expõe algumas possíveis soluções que ajude ao combate à violência contra as mulheres.

1) Os Estados-Membros da União Europeia são incentivados a elaborar planos de ação nacionais específicos no domínio da violência contra as mulheres, utilizando para o efeito os resultados do inquérito, caso não existam dados disponíveis a nível nacional. Os atores da sociedade civil que trabalham com mulheres vítimas de violência podem participar de modo útil no desenvolvimento de planos de ação e contribuir assim para garantir, não só a sustentabilidade dos mesmos, como a produção de resultados concretos para as vítimas.

2) As políticas da União Europeia nos domínios do emprego, da educação, da saúde e das tecnologias da informação e das comunicações devem abordar o impacto da violência contra as mulheres nos respetivos domínios. Essa abordagem deverá se refletir, a nível dos Estados-Membros, em intervenções

3) Tendo em conta a amplitude da violência contra as mulheres revelada no inquérito, os desenvolvimentos do programa pós-Estocolmo da União Europeia no domínio da justiça e dos assuntos internos devem garantir que a violência contra as mulheres seja reconhecida e tratada como uma violação dos direitos fundamentais no âmbito das respostas dadas pela União à criminalidade e à vitimização por esta causada. (FRA, 2014, p 41-42).

No Brasil, encontra-se alguns programas de proteção as mulheres de violência doméstica ou familiar. Sendo que, encontra-se entre eles casa da mulher brasileira, Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, julga causas decorrentes da prática de violência doméstica de acordo com a Lei Maria da Penha, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Casas de Acolhimento Provisório, sendo que, essa o prazo de acolhimento e de apenas 15 dias.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O principal objetivo deste trabalho foi analisar o princípio da legalidade como desdobramento do princípio da reserva legal, como instrumento de criminalização de uma conduta socialmente reprovável e correlacionando com o direito de liberdade individual e especificamente aos novos dois tipos penais que foram incluídos no capítulo VI, do código penal parte especial.

A Lei n° 14.132/2021 incluiu a modalidade do crime de perseguição art. 147-A, Esse tipo penal trouxe consigo suas qualificadoras, sendo que, o estudo foi realizado na qualificadora da hipótese do crime cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, sendo que, apresentando pesquisas nacionais que mostra o mapa da violência cometido contra a mulher.

Todavia, houve a inclusão do art. 147-B tipificando o crime de violência psicológica contra a mulher pela Lei n° 14.188/2021. A Lei Maria da Penha, já previa a modalidade de violência, porém, não tinha tipificação, sendo que, as varas especializadas de violência doméstica, tinham dificuldade para aplicar alguma sanção ou medida ao agressor.

Outrora, para a fim de agregar ainda mais o estudo em questão foi realizado um comparativo de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), agência do senado com os dados de violência psicológica realizado no âmbito da União Europeia (UE).

Por fim, a criação das próprias leis ocorre a partir do desdobramento do princípio da legalidade, se firmando como um princípio que norteia a atuação do Estado. Porém, adverte que a simples criação de crimes ou aumento da pena não significa que acarretará a diminuição de crimes contra as mulheres no âmbito doméstico pois, faz-se necessário a concretização de políticas públicas de prevenção e proteção à mulher, para que se obtenha a concretização do direito de liberdade individual e maior eficácia da lei.

**PRINCIPLE OF LEGALITY AND CRIMES AGAINST INDIVIDUAL FREEDOM**

The purpose of this article was to highlight a commentary on the Principle of legality and crimes against individual freedom, exposing the importance of the aforementioned norm. It is especially important to highlight the relationship with the right to freedom, of which it is a fundamental norm that is provided for in the FC / 88. Furthermore, it emphasizes the implementation of social conduct that threatens individual freedom and from that moment onwards, legality of conduct for the protection of the legal interest in question. It is the relationship between the principle of legality and crimes against freedom, according to the legal textbook Ubi societies, ibi jus “Where society is, there is Law”. From Kant's thought, his idea of individual freedom is demonstrated, in which, if extracted in the natural, political and individual sense. The principle of legality, there is a controversy when it emerged, however, there are two currents, the first is from the work of Beccaria, in the book on Crimes and Penalties and the second is from the promulgation of the English Magna Carta, from the 13th century.

**Keywords:** Principle of Legality. Individual Liberty, Psychological Violence, Crime of Persecution, Penal Code.

**REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES. **A Política**, Editora Martins Fontes.

MORAES, Alexandre de**. Direito Constitucional**/ Alexandre de Moraes. -.. Ed. Revista, ampliada e atualizada com a EC n° 22/99. – São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituição/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BARROSO, Luiz Roberto. **Princípio da legalidade. Delegações legislativas. Poder regulamentar. Repartição constitucional das competências legislativas.** 1997.

CAPEZ, Fernando. **Novo tipo penal: violência psicológica contra a mulher**, 2021, Disponível em: <URL> [ConJur - Novo tipo penal: violência psicológica contra mulher](https://www.conjur.com.br/2021-ago-25/escritos-mulher-tipo-penal-violencia-psicologica-contraa-mulher#:~:text=São sete os verbos constantes,a pessoa só%2C sem parentes))

FRA, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, **Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia, Síntese dos resultados**, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014, 2014 — 44 p. — 21 × 29.7 cm

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Contra Mulheres**: 2021. São Paulo: FBSP, 2021

HOBBES, Thomas. **Leviatã**, Os Pensadores. Ed. Abril.

Impactos da pandemia covid-19 no direito de família e das sucessões / coordenador: Larissa Maria de Moraes Leal, Lorena Guedes Duarte – Brasília: OAB, Conselho Federal, 2020. xvi, 474 p

LIBÓRIO, Barbara, **A violência contra a mulher no Brasil em cinco gráficos**, O Globo, 2019, disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/a-violencia-contra-mulher-no-brasil-em-cinco-graficos-23506457, Acesso, 15 de março de 2022.

LENZA, Pedro, **Direito constitucional esquematizado**/Pedro Lenza – 22. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (coleção esquematizada)

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**, livro XI.

CUNHA, Rogerio Sanches**. Manual de direito penal: parte geral (arts. 1° ao 120)/** Rogério Sanches Cunha. – 8 ed. Ver., ampl e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito Penal, parte geral.** 3ª. Ed. Bahia: Editora Jus Podivm, 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **“Três Poderes”**; *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/politica/tres-poderes.htm. Acesso em 21 de março de 2022.

GRECO, Rogério. **Código Penal: comentado/** Rogério Greco. – 4.ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2020. 1040 p.: 17,5 x26 cm.

ROUSEAU. **Do Contrato Social**, Coleção Os Pensadores, pág. 56.

PERSPETIVAS, **demográficas para a União Europeia 2021**, UNDESA, Eurostat, World Bank, Acesso, 15 de março de 2022.

1. [↑](#footnote-ref-1)